



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0006080-83.2010.8.17.0000(0212615-6)

IMPETRANTE : DJALMA XAVIER DE FARIAS  
PACIENTE : RINALDO MARIANO DE SANTANA  
RELATOR : DES. ROBERTO FERREIRA LINS  
CONVOCADO  
COMARCA : RECIFE  
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
PROCURADORA : PATRÍCIA DE FÁTIMA O. TORRES

209

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33 DA LEI Nº 11.343/06). PRISÃO EM FLAGRANTE. REQUERIMENTOS APRESENTADOS POR OCASIÃO DA DEFESA PRÉVIA NÃO ANALISADOS. IRREGULARIDADE SANADA. CONCESSÃO DE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DESPACHO QUE RECEBEU A DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO SUCINTA MAS IDÔNEA. NULIDADE DO FLAGRANTE. INVASÃO DE DOMICÍLIO. INEXISTÊNCIA. CRIME PERMANENTE. LEGALIDADE DO FLAGRANTE. DESNECESSIDADE DA PRISÃO NÃO COMPROVADA. EXCESSO INJUSTIFICADO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. DECRETO PRISIONAL. FUNDAMENTADO. DECISÃO JUSTIFICADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. VEDAÇÃO À LIBERDADE PROVISÓRIA. ART.44 DA LEI Nº11.343/06. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I- A possível irregularidade acerca da não apreciação dos requerimentos formulados por ocasião da apresentação da defesa prévia do paciente encontra-se sanada. O Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Comarca do Recife, apontado como autoridade coatora, admitiu o lapso e esclareceu já ter concedido vistas ao Ministério Público para que este se pronuncie sobre o pedido da defesa, não descartando a possibilidade de soltura do paciente.

II-É devidamente fundamentado o despacho que, embora sucintamente, justifica o recebimento da denúncia. Precedentes do STJ.

III-Não há que se falar em nulidade do flagrante, pois em casos de crimes permanentes, como o de tráfico de drogas, não se faz sequer necessária a expedição de mandado de busca e apreensão, sendo lícito à autoridade policial ingressar no interior do domicílio, a qualquer hora do dia ou da noite, para fazer cessar a prática criminoso, como no caso em questão, apreendendo a substância entorpecente nele encontrada.

IV- Quanto à desnecessidade da segregação cautelar, sob a alegação de ser o paciente mero usuário de drogas, entendendo não ter a defesa comprovado a assertiva, não bastando a mera afirmação de ser o paciente usuário e não traficante de drogas para afastar a imputação que lhe é feita na denúncia.

V - Tratando-se de crime tráfico ilícito de entorpecentes e estando o acusado preso, o prazo para o término da instrução criminal consiste na conjugação dos prazos previstos na Lei nº



210



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

11.343/06, ou seja, 195 (cento e noventa e cinco) dias. Precedente desta Corte de Justiça. No entanto, os prazos processuais não são peremptórios. A sua verificação deve ser feita observando-se as peculiaridades de cada caso, sob a ótica do princípio da razoabilidade.

VI- A vedação expressa do benefício da liberdade provisória, contido no art.44 da Lei nº11.343/06 é, por si só, motivo suficiente para impedir a concessão da benesse ao réu preso em flagrante por crime hediondo ou a ele equiparado.

VI- Ordem denegada à unanimidade de votos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus** nº0006080-83.2010.8.17.0000(0212615-6), no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este acórdão.

Recife, 10 de Junho de 2010.

Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator Convocado



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

211

HABEAS CORPUS Nº 0006080-83.2010.8.17.0000(0212615-6)  
IMPETRANTE : DJALMA XAVIER DE FARIAS  
PACIENTE : RINALDO MARIANO DE SANTANA  
RELATOR : DES. ROBERTO FERREIRA LINS  
CONVOCADO  
COMARCA : RECIFE  
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
PROCURADORA : PATRÍCIA DE FÁTIMA O. TORRES

**RELATÓRIO**

O presente Habeas Corpus Liberatório foi impetrado por Djalma Xavier de Farias, advogado, em favor de **RINALDO MARIANO DE SANTANA**, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Comarca do Recife, relativamente ao processo nº 152149-18.2009.8.17.0001, a que responde por ter sido flagrado na posse de 17(dezessete) pedras da substância entorpecente popularmente conhecida como "crack".

O impetrante alega que quando da apresentação de sua defesa prévia perante o Juízo da 2ª Vara dos Feitos Relativos a Entorpecentes, o paciente não teve diversos de seus requerimentos analisados pelo magistrado a quo, sendo que caso apreciados, poderiam ensejar sua soltura.

Afirma que o juiz de 1º grau limitou-se ao recebimento da denúncia sem fundamentar sua decisão, contrariando previsão constitucional(art.93, IX, da Constituição Federal) e inquinando o despacho de nulidade absoluta.

Aduz ainda a ilegalidade da prisão em flagrante do paciente, em razão de esta ter-se dado com invasão do seu domicílio, no período da noite(às 22h50min), sem mandado judicial.

Argumenta que a medida cautelar é desnecessária, uma vez que o paciente é mero viciado, devendo portanto, receber tratamento diferenciado consoante prevê a Lei de Tóxicos, não sendo recebida a denúncia e sendo relaxada sua prisão.

Por fim, ressalta estar configurado o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, requerendo a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

A inicial veio acompanhada do documento de fls. 17/30.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

212

A autoridade apontada como coatora prestou informações sobre os fatos alegados no presente writ às fls. 58/59, acostando os documentos de fls.60/62.

A Procuradoria Criminal, pela Procuradora de Justiça, Patrícia de Fátima O. Torres, ofertou parecer às fls.50/52, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 10 de Abril de 2010.

**Des. Roberto Ferreira Lins**  
**Relator Convocado**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

213

HABEAS CORPUS Nº 0006080-83.2010.8.17.0000(0212615-6)  
IMPETRANTE : DJALMA XAVIER DE FARIAS  
PACIENTE : RINALDO MARIANO DE SANTANA  
RELATOR : DES. ROBERTO FERREIRA LINS  
CONVOCADO  
COMARCA : RECIFE  
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
PROCURADORA : PATRÍCIA DE FÁTIMA O. TORRES

**VOTO**

O presente *Habeas Corpus* foi impetrado por Djalma Xavier de Farias, em favor de **RINALDO MARIANO DE SANTANA**, relativamente ao processo nº152149-18.2009.8.17.0001, que tramita na 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Comarca do Recife.

O impetrante alega, em resumo, o seguinte:

a) quando da apresentação de sua defesa prévia perante o juízo de 1º grau, o paciente não teve vários de seus requerimentos analisados pelo magistrado, sendo que caso apreciados, poderiam permitir sua soltura;

b) o juiz de 1º grau recebeu a denúncia sem fundamentar sua decisão, contrariando previsão constitucional(art.93, IX, da Constituição Federal), gerando a nulidade absoluta do despacho;

c) a prisão em flagrante do paciente deu-se invasão de domicílio, no período da noite(às 22h50min), sem mandado judicial, gerando uma prova ilícita e inapta a gerar um processo válido;

d) a medida cautelar é desnecessária, uma vez que o paciente é mero viciado, devendo receber o tratamento diferenciado previsto na Lei de Tóxicos, com o relaxamento de sua prisão e não recebimento da denúncia;

e) esta configurado o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, pelo que requer a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

Pois bem.

Acerca da não apreciação dos requerimentos formulados por ocasião da apresentação da defesa prévia do paciente, tenho que a possível irregularidade encontra-se sanada. O Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Comarca do Recife, apontado como autoridade coatora, admitiu o lapso e esclareceu já ter concedido vistas ao Ministério Público para que este se pronuncie sobre o pedido da defesa, não descartando a possibilidade de soltura do paciente. Esclareceu ainda o



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

214

magistrado a quo que o andamento do feito encontra-se dentro da normalidade, desenvolvendo-se dentro do razoável.

De fato, não há que se falar em excesso de prazo.

O prazo para o término da instrução criminal, na hipótese vertente, consiste na conjugação dos prazos previstos na Lei nº 11.343/06. Levando-se em conta que o paciente está preso, o prazo para o término da instrução criminal é de 195 (cento e noventa e cinco) dias.

Senão vejamos:

Prisão em flagrante: comunicação ao juiz competente e vista ao órgão do Ministério Público, em **24(vinte e quatro) horas**; prazo para a conclusão do inquérito policial: **30(trinta) dias** se o indiciado estiver preso e 90(noventa dias, se estiver solto, podendo este prazo ser duplicado mediante pedido justificado da autoridade policial(art.51, parágrafo único); prazo para o Ministério Público se manifestar: **10(dez) dias**(art.54); prazo para apresentação de Defesa Prévia: **10(dez) dias**(art.55); Se a resposta não for apresentada no prazo, o Juiz nomeará Defensor para exercê-la em **10(dez) dias**(art.55, §3º); apresentada a Defesa, o Juiz proferirá decisão em **5(cinco) dias**(art.55, §4º); se entender imprescindível, o Juiz, no prazo máximo de **10 (dez) dias**, determinará a apresentação do preso, realização de diligências, exames e perícias(art.55, §5º); cumpridas tais diligências, a audiência deverá ser realizada em **30(trinta) dias**, a contar do recebimento da denúncia, salvo se determinada a realização de avaliação para atestar a dependência toxicológica, quando se realizará em **90(noventa) dias**(art.56, §2º).

In caso, verifico que o paciente está segregado além do tempo previsto na lei.

No entanto, é sabido que os prazos processuais não são peremptórios. A sua verificação deve ser feita observando-se as peculiaridades de cada caso, sob a ótica do princípio da razoabilidade e segundo informações prestadas pelo magistrado de 1º grau, apontado como autoridade coatora, o feito vem tramitando normalmente, não havendo que se falar em desídia do juízo responsável.

Outrossim, impende realçar que a vedação expressa do benefício da liberdade provisória, contido no art.44 da Lei nº 11.343/06 é, por si



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

215

só, motivo suficiente para impedir a concessão da benesse ao réu preso em flagrante por crime de tráfico de drogas<sup>1</sup>.

O óbice à liberdade provisória emana da própria Constituição Federal que, expressamente, prevê, no art.5º, inciso XLIII, a inafiançabilidade àqueles presos em flagrante pela prática de crimes hediondos.

Por oportuno, confira-se o teor da norma mencionada:

**"XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem".**

Assim, como dito, a manutenção da custódia decorre, em última análise, de preceito constitucional que erige obstáculo à benesse desejada pelo paciente.

A corroborar esse entendimento, vejamos recente posicionamento do STJ:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E LAVAGEM DE DINHEIRO. RELAXAMENTO DA PRISÃO EM FLAGRANTE. NULIDADE DA LAVATURA DO AUTO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO ASSOCIATIVO ENTRE O PACIENTE E A CORRÊNECESSIDADE DE EXAME DILATADO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA PARA DIRIMIR A QUESTÃO. 1. [...] 1. [...] LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO LEGAL. OBEDIÊNCIA AOS ART. 5º, INCISO LXVI, DA CF/88 E 44 DA LEI 11.343/2006. PRECEDENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E CONSTITUCIONAL. COAÇÃO NÃO DEMONSTRADA.

1. Não caracteriza constrangimento ilegal a manutenção da negativa de concessão de liberdade provisória ao flagrado no cometimento em tese do delito de tráfico de entorpecentes praticado na vigência da Lei 11.343/06, notadamente em se considerando o disposto no art. 44 da citada lei especial, que expressamente proíbe a soltura

<sup>1</sup> (HC 133.285/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 23/06/2009, DJe 03/08/2009)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

216

clausulada nesse caso, mesmo após a edição e entrada em vigor da Lei 11.464/2007. (Precedentes do STF e da Quinta Turma do STJ).

2. Condições pessoais favoráveis são irrelevantes para a concessão da liberdade provisória, se presentes na hipótese outros elementos determinantes à manutenção da prisão processual.

3. Writ conhecido em parte, e neste ponto, denegado.

(HC 107.564/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 23/06/2009, DJe 03/08/2009, grifos nossos)

No tocante à ausência de fundamentação do despacho em que o magistrado de 1º grau recebeu a denúncia, entendendo infundada. Às fls.17, verifico que o juiz a quo, embora de forma sucinta, fundamentou o recebimento da denúncia nos seguintes termos:

"A denúncia preenche as formalidades do artigo 41 do CPP. Existe suspeita razoável e fundada quanto à correspondência entre o(s) delito(s) narrado(s) na denúncia e a(s) conduta(s) típica(s) do(s) agente(s) retratada(s) no inquérito policial. Há, em outras palavras, correlação entre os fatos narrados na denúncia e os constantes da prova exibida nesta fase.

Em assim sendo, recebo a denúncia em todos os seus termos".

Colaciono julgado deste E. Tribunal de Justiça:

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. FALTA DE JUSTA CAUSA. ALEGAÇÕES DE OBTENÇÃO DE PROVAS POR MEIOS ILÍCITOS, INÉPCIA DA DENÚNCIA E AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE RECEBEU A PEÇA ACUSATÓRIA. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME. [...] 3. Não há o que se falar em inépcia da denúncia que atende aos requisitos do art. 41 do CPP; 4. É devidamente fundamentado o despacho que, embora sucintamente, justifica o recebimento da denúncia em motivação de ordem objetiva; 5. Ordem denegada, por unanimidade. (TJPE, Habeas Corpus nº 172172-2, 1ª Câmara Criminal, Rel. Dês. Romero de Oliveira Andrade, julgamento em 14/10/2008).





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

217

Quanto à desnecessidade da segregação cautelar, sob a alegação de ser o paciente mero usuário de drogas, entendo não ter a defesa comprovado a assertiva, não bastando a mera afirmação de ser o paciente usuário e não traficante de drogas para afastar a imputação que lhe é feita na denúncia.

No que se refere à prisão em flagrante do paciente, não merecem guarida os reclamos de irrisignação do impetrante, inconformado com o fato de a prisão ter ocorrido após invasão do domicílio do paciente no período da noite.

Em casos de crimes permanentes, como o de tráfico de drogas, não se faz sequer necessária a expedição de mandado de busca e apreensão, sendo lícito à autoridade policial ingressar no interior do domicílio, a qualquer hora do dia ou da noite, para fazer cessar a prática criminosa, como no caso em questão, apreendendo a substância entorpecente nele encontrada<sup>2</sup>.

A corroborar esse entendimento, trago a lume o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. TRÁFICO DE DROGAS E RECEPÇÃO. FLAGRANTE EM 18.03.08. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. MATÉRIA NÃO SUBMETIDA À ANÁLISE DA CORTE ESTADUAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. EXCESSO, ADEMAIS, NÃO DEMONSTRADO. SÚMULA 64/STJ. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA INADMISSÍVEL NO MANDAMUS. LEGALIDADE DO FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO LEGAL. PACIENTE PRESO COM EXPRESSIVA QUANTIDADE DE DROGAS (APROXIMADAMENTE 3 KG DE COCAÍNA E 500 GRAMAS DE PASTA BASE DE COCAÍNA), ALÉM DE OBJETOS E MATERIAIS PARA PRODUÇÃO/REFINO DE ENTORPECENTES E UMA MOTOCICLETA ROUBADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PARECER DO MPF PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM. ORDEM DENEGADA.

[...]

5. Cuidando-se o tráfico de crime permanente, o ingresso em residência onde preparada droga para distribuição não ofende a inviolabilidade do domicílio, eis que caracterizada a hipótese excepcionalizada pela Constituição no inciso XI do artigo 5º.

<sup>2</sup> STJ, HC 122.937/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2009, DJe 13/04/2009



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

218

**Precedentes do STJ.**

6. Ordem denegada, em consonância com o parecer ministerial.

(HC 110.486/GO, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 20/11/2008, DJe 19/12/2008)

Isso posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 1<sup>o</sup> de junho de 2010.

  
**Des. Roberto Ferreira Lins**  
**Relator Convocado**